

***“Nós estamos aqui!”: Uma análise das reações  
negras, indígenas e populares aos cortes  
orçamentários nas universidades públicas através de  
cartazes de protesto***

**Matheus Silva Freitas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Beatriz Gomes Cornélio**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

---

**ABSTRACT**

---

The paper discusses the relation between the democratization of access to public universities and the budget cuts in this sector announced by Bolsonaro's Government. We conducted a dialogical speech analysis of four posters wielded during the protests against the cuts, focusing on the enunciates regarding the entry and presence of students from lower classes, blacks and indigenous people in higher education. The posters reveal the impact of the admission of the latter, affirm their presence, demand permanence and indicate how the democratization of education is a danger for the current government.

**Keywords:** democratization of higher education; cuts in education; speech analysis; protests; Bolsonaro's Government.

O artigo discute a relação entre a democratização do acesso às universidades públicas e os cortes orçamentários neste setor anunciados pelo Governo Bolsonaro. Realizamos uma análise dialógica do discurso de quatro cartazes empunhados durante os protestos contra os cortes, focalizando os enunciados referentes ao ingresso e presença de estudantes de camadas populares, negros/as e indígenas no ensino superior. Estes/as, com os cartazes, desvelam o impacto do ingresso, afirmam presenças, demandam permanência e indicam como a democratização da educação é um perigo para o atual governo.

**Palavras-chave:** democratização do ensino superior; cortes na educação; análise de discurso; protestos; Governo Bolsonaro.

## Introdução

O ingresso e a presença coletiva de estudantes negros/as (pretos/as e pardos/as) e indígenas, assim como de baixa renda e oriundos de escolas públicas, no ensino superior nas duas últimas décadas ocorreram, principalmente, devido a implementação de políticas de ações afirmativas (PAAs), em especial da modalidade de reserva de vagas (cotas), demandadas pelos movimentos sociais negros. Contudo, estas conquistas têm sido bastante ameaçadas desde a eleição do Presidente Jair Bolsonaro (atualmente sem partido), que é contrário à essas políticas<sup>1</sup>. Em março de 2019, o Governo Bolsonaro fez o anúncio de cortes na educação básica e superior, com fortes consequências para o orçamento das universidades públicas. No período importante de democratização do acesso a essas instituições por ocasião das cotas, percebemos os intentos de seu sucateamento e precarização. Em consequência desses cortes e aos ataques desferidos pelo ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, às instituições de ensino superior, declarando que estas são espaços de “balbúrdia”, dentre outras afirmações que desqualificam os trabalhos desenvolvidos nas universidades, eclodiram diversas manifestações em defesa da educação pública por todo o país nos meses de maio e junho de 2019.

No presente artigo, o objetivo é analisar os discursos enunciados em alguns cartazes empunhados nos protestos, que remetem a democratização do acesso ao ensino superior e a diversificação do seu corpo discente, provocadas pelas ações afirmativas. Privilegiamos, em especial, os que remetem ao ingresso e permanência de estudantes negros/as, indígenas e de classes populares nas universidades.

Partimos do pressuposto que os cortes na educação figuram como uma tentativa de regulação do processo de democratização do ensino superior. Os cortes orçamentários recolocam a possibilidade da negação ao direito à educação para alguns grupos sociais em um contexto recente de sua oportunização e afirmação. Segundo Miguel Arroyo podemos analisar essa tensa relação de

---

<sup>1</sup> Em entrevistas concedidas durante o período eleitoral, quando questionado sobre o assunto, o atual presidente demonstrava abertamente o seu posicionamento contrário às cotas. Conferir, por exemplo: “Bolsonaro diz que política de cotas é 'equivocada' e que política de combate ao preconceito é 'coitadismo’”. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/bolsonaro-diz-ser-contra-cotas-e-que-politica-de-combate-ao-preconceito-e-coitadismo.ghtml>>. Acesso em: 29 set. 2020.

“Bolsonaro critica cotas e nega dívida com negros: ‘não escravizei ninguém’”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/31/bolsonaro-diz-que-pretende-reduzir-cortas-nunca-escravizei-ninguem.htm>>. Acesso em: 29 set. 2020.

negação-afirmação do direito à educação, no contexto brasileiro de segregação social e racial, de modo mais convencional, “questionando sobre quem ‘outorga’ esse direito – as leis, as diretrizes, as políticas e programas dos governos das elites. Até focar se o Estado cumpre ou não seu dever”, contudo, por este caminho acaba-se que “os grupos sociais pobres, negros, indígenas, trabalhadores explorados aparecem como meros destinatários agradecidos” (2015, p. 17).

Arroyo nos encoraja a priorizar uma análise política mais complexa: “tentar entender a negação-afirmação do direito à educação no padrão de poder-saber que perpassa as tensas relações das elites com os grupos sociais étnicos, raciais, subalternizados, oprimidos em nossa história” (*ibidem*), considerando duas questões como ponto de partida:

a primeira, reconhecer que as possibilidades e os limites da garantia de seus direitos estiveram condicionados em nossa história a *como esses grupos sociais, raciais foram pensados e alocados no padrão de poder dominação-subalternização*. A segunda, reconhecer também que *as formas como os grupos sociais, raciais subalternizados resistem a esse padrão de poder-saber vêm sendo determinantes das possibilidades de avanço na garantia de seus direitos* (*ibidem*, grifos nossos).

No presente artigo, nos debruçamos no modo como os grupos têm reagido às tentativas de regulação da democratização do ensino superior. Longe de entender negros/as, indígenas e pobres como “vítimas passivas” dos cortes na educação, inspirados em Arroyo, “somos obrigados a reconhecer suas resistências e suas afirmações como sujeitos do direito à educação” (*ivi*, p. 18). Nossa intenção é interpretar como esses sujeitos se movimentaram discursivamente, através de alguns cartazes, nos protestos contra os cortes na educação, entendendo que “em seus movimentos, se afirmam coletivos de direitos resistindo a processos históricos de negação de seus direitos. Resistindo à história de sua segregação social e racial como coletivos” (*ivi*, p. 24).

Para esse estudo, utilizamo-nos da análise/teoria dialógica do discurso nos termos de Mikhail Bakhtin. Este assinala acerca da comunicação verbal concreta, da determinação das situações sociais materiais mais imediatas na ação do discurso. Nesse sentido, como nosso objetivo é analisar os discursos que circularam durante as manifestações contra os cortes na educação, antes será importante contextualizar a realidade que os discursos referenciam e onde foram enunciados, ou seja, “as formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza” (Bakhtin - Volochínov, 2006, p. 127).

O texto está dividido em quatro seções: na primeira, contextualizamos o processo de democratização do ensino superior, em especial das políticas de ações afirmativas, já na segunda indicamos algumas tentativas de regulação

desse processo. Na terceira seção, localizamos o arcabouço teórico-metodológico mobilizado na pesquisa para, por fim, na quarta seção, tecermos uma análise de quatro cartazes das manifestações.

### **Democratização do ensino superior público brasileiro**

Nos últimos 20 anos, o ensino superior brasileiro tem vivenciado um processo de democratização, especialmente com a entrada de um público estudantil mais diverso. A presença de estudantes de camadas populares, negras/os e indígenas têm contribuído para a democratização da universidade pública, sobretudo, por esta ter sido, nas palavras de Robson Cruz et al. (2010), “fundada para atender a uma pequena elite responsável pela direção política do país” (*ivi*, p. 72). A democratização do acesso ao ensino superior, de acordo com Rosana Heringer (2018), ocorre em função tanto das políticas de expansão (de matrículas, novos cursos e campi) quanto das de diversificação de perfis estudantis, estas exemplificadas pela adoção das PAAs.

As políticas de ações afirmativas são um conjunto de medidas compensatórias e paliativas que objetivam promover a inclusão social de populações historicamente excluídas, a partir dos contextos socioculturais dos países onde são aplicadas. Segundo Joaquim Barbosa Gomes (2005), tais medidas são concebidas pelo Estado, entidades privadas e órgãos de competência jurisdicional e visam promover os princípios jurídicos da igualdade material, uma “discriminação positiva” para a “[...] efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito” (*ivi*, p.55).

No Brasil, os debates para a adoção de PAAs intensificaram com a participação do país na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, no ano de 2001. Nela, o país não só admitiu os efeitos do racismo, como a necessidade de implementação de políticas para diminuí-lo (Santos, 2012). Esse compromisso, entretanto, não veio antes ou desarticulado das constantes reivindicações, mobilizações e do protagonismo de movimentos sociais no enfrentamento das desigualdades, com destaque aos movimentos negros (Santos, 2014; Gomes, 2017).

Neste contexto, as reservas de vagas nas universidades federais se constituíram enquanto uma das principais PAAs amadurecidas e implementadas no país. Elas tornaram-se obrigatórias por meio da Lei 12.711/2012, sancionada pela então presidenta Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), estabelecendo a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, assim como as subcotas sociais (para pessoas de baixa renda) e étnico-raciais (para pretos, pardos e indígenas). A partir de 2016, uma alteração da Lei passou a

prever a reserva de vagas também para pessoas com deficiência.

De acordo com Jeferson Freitas et al. (2020), por parte do Estado, as discussões sobre a implementação das cotas foram antecedidas e acompanhadas por um conjunto de ações governamentais durante os mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Dentre elas encontra-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no ano de 2007, que proporcionou, dentre outras medidas, o aumento do número de vagas para os cursos de graduação, criação de novos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e ampliação física das universidades já existentes.

Seguindo o raciocínio dos autores, algumas instituições já estavam aderindo a algum tipo de ação afirmativa antes da promulgação da Lei 12.711/12, sendo a adesão ao REUNI uma das possíveis motivações. As verbas do governo seriam repassadas às universidades adeptas ao programa, tendo como contrapartida a criação de políticas de inclusão e assistência estudantil. Outro fator que favoreceu a adoção das reservas de vagas foi o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), criado em 2010, que reduziu os custos dos processos seletivos para candidatos e universidades, tendo como critério de seleção as notas das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Freitas et al., 2020).

Apesar de terem sido celebradas e consideradas um dos possíveis caminhos para diminuir as desigualdades sociais e raciais, Sales Augusto dos Santos (2014) aponta as reações contrárias às ações afirmativas, principalmente no início de sua implementação. Interessante notar que os ataques se fizeram e ainda são direcionados de forma contundente à reserva de vagas para negros/as, onde o autor destaca manifestações vindas de intelectuais, da grande mídia e de partidos políticos que questionaram a constitucionalidade das cotas. De acordo com Santos (*ibidem*), em 2006, um grupo de 114 pessoas formado por intelectuais, políticos, sindicalistas e artistas assinaram e entregaram para os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a “Carta Pública ao Congresso Nacional”, onde se posicionavam contra o sistema de cotas raciais. Como resposta, foi redigido e entregue também ao Parlamento brasileiro o “Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade racial”, assinado por 330 intelectuais e militantes antirracistas. Cabe ainda citar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186 no Supremo Tribunal Federal (STF) ajuizada em 2009 pelo Partido Democratas (DEM) questionando judicialmente a constitucionalidade das ações afirmativas, julgada improcedente em 2012. Nas palavras do autor, armou-se um confronto político pela “aprovação (ou rejeição) de políticas de ações afirmativas para a população negra, ou para a inclusão (ou manutenção do *status quo*) dos marginalizados do ensino público superior” (*ivi*, p. 171).

Podemos inferir que este incômodo pode ter sido causado pela criação e

naturalização de lugares e não-lugares de certos grupos sociais e étnico-raciais, determinados pela branquitude. Ao mesmo tempo, é observável uma maior tolerância à mobilidade e ascensão econômica e social de brancos/as pobres, ao passo em que há significativo desconforto quando o mesmo ocorre com negros/as e indígenas, independentemente de sua situação social. É então forjada uma apropriação institucional pela branquitude, ou seja, ela reivindica para si o controle de espaços e instituições públicas e do poder de decisão sobre quem pode transitar por eles, mesmo que isso signifique atacar o direito de acesso dos grupos étnico-raciais subalternizados.

Segundo Maria Aparecida Silva Bento, “cotas” para brancos/as foram sistemática e silenciosamente construídas “ao longo de séculos de opressão contra negros e indígenas, e foram naturalizadas” (2005, p.165). Para a autora, há um silêncio tanto sobre a naturalização de determinadas ausências, quanto da presença de brancos/os nas universidades e neste silêncio atravessam discursos de relações de poder e manutenção de privilégios.

O poder se exerce sempre acompanhado de um certo silêncio. É o silêncio da opressão. Desta forma, se buscamos compreender um discurso, no caso o discurso contra as ações afirmativas e as cotas, devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala”, ou seja, a defesa de privilégios raciais. O silêncio não é neutro, transparente. Ele é tão significante quanto as palavras. Desta forma, a ideologia está em pleno funcionamento: no que obrigatoriamente se silencia (*ivi*, p.175).

De acordo com Bento, no contexto de reprodução institucional da hegemonia branca nos espaços de poder, as mudanças são reivindicadas e explicitadas por meio de cotas para negras/os e daí surgem as barreiras em defesa dos privilégios por parte da branquitude. Para a autora, há acordos e alianças resistentes que combinam “a dimensão primária das forças que estão em jogo – ganância, soberba e voracidade – [...] com instâncias mais circunstanciais, medo do desemprego, das ‘minorias’ e da violência” (*ivi*, p. 166).

Nos vemos diante de disputas ideológicas, econômicas, políticas e sociais entre aqueles/as que desejam a efetivação de mudanças estruturais e quem sustenta a manutenção da zona de conforto e privilégios. Aceitar a possibilidade de democratização do ensino superior significaria, para determinados sujeitos participantes de grupos hegemônicos, admitir a existência do racismo por quem afirma que os problemas do país são de ordem social e não racial, além do difícil exercício da igualdade material com aquelas e aqueles considerados como desiguais e/ou inferiores.

## Regulando a democratização do ensino superior público brasileiro

As disputas que se manifestaram no debate durante a adoção das cotas foram apenas alguns dos indícios de ataques pontuais e mais abrangentes contra as políticas conquistadas pelos movimentos sociais.

Na América Latina, no contexto de diversos programas e ações para e por povos indígenas e afrodescendentes na educação superior, incluindo as políticas afirmativas para ingresso nas universidades públicas brasileiras, Daniel Mato (2018) assinala algumas tendências que vem avançando na região e podem comprometer este conjunto de políticas. Ele destaca as “tensões e conflitos políticos e econômicos entre governos e povos indígenas e afrodescendentes” que podem estar relacionadas com: i) “políticas que favorecem atividades extrativistas petrolíferas, minerárias, agrícolas e florestais que acabam fragilizando e vulnerabilizando os direitos territoriais e ambientais desses povos” e ii) “políticas que envolvem restrições e reduções orçamentárias no campo educativo” (*ivi*, p. 24, tradução livre).

Mato (2018) retoma o contexto sócio-histórico de emergência dessas políticas na educação superior, chamando atenção para as reformas constitucionais dos países latino-americanos, como o Brasil e a promulgação da Constituição Federal em 1988, denotando assim os seus processos de redemocratização. Ou seja, a inclusão étnico-racial no ensino superior ocorreu com a retomada e aprimoramento da democracia.

Esses aspectos do clima de época e de correção de situações de discriminação e desigualdades de longa data nos levam a pensar que, na medida em que as instituições democráticas se mantiverem em vigor na região, a tendência é que aumente a importância das experiências de educação superior para, com e por povos indígenas e afrodescendentes (*ivi*, p. 34, tradução livre).

Pensando no Brasil, desde 2016, com o golpe contra o governo da presidenta Dilma Rousseff estamos em uma crise das instituições e da própria democracia. Conforme Luciana Ballestrin, vivenciamos uma “onda global de desdemocratização” (2018, p. 149) dos modelos hegemônicos de democracia liberal, em diferentes países do Norte e Sul Global, marcada principalmente pela emergência de práticas e discursos autoritários, neoliberais, anti-humanistas e antidemocráticos. Esse processo de desdemocratização afeta, dentre outras instituições, a educação pública.

Existem alguns fatores que atualmente afetam e poderiam continuar afetando o desenvolvimento das experiências de educação superior por, com e para povos indígenas e afrodescendentes. Entre eles, destacam-se as reiteradas *declarações e*

*ações de alguns governos da região que ignoram os direitos desses povos, consagrados nas respectivas constituições nacionais e em instrumentos internacionais. [...] Soma-se a essa lacuna já observada as limitações crescentes dos orçamentos destinados à educação pública (incluindo a educação superior) em vários países latino-americanos (e até mesmo o seu congelamento por vinte anos, como no caso do Brasil) (Mato, 2018, p. 36, tradução livre, grifos nossos).*

Dentre os fatores apontados por Mato (2018), no Brasil, o congelamento dos gastos com a educação pelos próximos vinte anos foi um dos principais retrocessos do pós-golpe. Ele foi aprovado por meio da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a Emenda do Teto dos Gastos Públicos ou “PEC da Morte”, como ficou popularmente conhecida entre aqueles/as contrários a ela, o que significaria que:

[...] Durante duas décadas, haveria um percentual definido (independentemente do aumento da arrecadação do Estado) para investimento em áreas como Educação, Saúde, Saneamento e Segurança, por exemplo. Estes são os chamados direitos sociais, que foram consagrados na Constituição de 1988. Dentre os direitos sociais, a Educação foi a área mais afetada por esta Emenda uma vez que foi anulado o percentual constitucional de investimento na área: 25% nas receitas de estados e municípios, e 18% na União (Aguilar - França, 2020, p.58).

Ademais, cabe ressaltar que, conforme Fabiana Reinholz (2018), por trás da aprovação da Emenda 95 encontra-se um projeto político ultraliberal de austeridade econômica e de interrupção, fragilização e limitação de investimentos governamentais em políticas sociais. Complementamos ainda que a limitação dos gastos do governo com a Educação e Saúde abrem brechas para projetos de privatização de instituições públicas.

Os ataques à educação se intensificaram com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, em 2018. Com um posicionamento abertamente contrário às minorias representativas, as políticas adotadas e a equipe que compõe o Governo de Bolsonaro têm sido coerentes com seus discursos ultraliberais e conservadores. Assim como na gestão anterior, de Michel Temer, a educação pública tem sido um dos alvos deste governo, sendo um dos maiores impactos o anúncio dos cortes de verbas das universidades federais, medida tomada pelo ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub, através do decreto nº 9741, de 29 de março de 2019 (Aguilar - França, 2020).

Nesse instrumento legal, quando consideramos todas as universidades, o corte é de R\$ 1,7 bilhão, o que representa 24,84% dos gastos não obrigatórios (chamados de discricionários) e 3,43% do orçamento total das federais. De acordo com a nota publicada pela assessoria de imprensa, a decisão foi tomada devido à diminuição



na arrecadação de impostos. [...] [as despesas discricionárias] são divididas, segundo a legislação, em duas categorias: a) gastos com custeio ou despesas correntes, utilizados para manter o funcionamento das universidades (contas de luz, de água, bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos básicos para laboratórios e pagamento de funcionários terceirizados); e b) despesas de investimento ou de capital (obras nas universidades e a compra de equipamentos) (*ivi*, p. 60).

Os cortes incidem no funcionamento das instituições, causando prejuízos para o corpo discente, em especial aos estudantes que mais precisam de bolsas, por exemplo. Dessa forma, é preciso indicar quais conjecturas podemos traçar a partir do contexto da democratização do acesso ao ensino superior e os sistemáticos cortes de verbas das universidades. Ou melhor, apontar para o recente processo de diversificação do público estudantil nas universidades públicas, ocasionado sobretudo a partir da implementação da Lei 12.711/12.

Adriano Senkevics e Ursula Mello indicam que a Lei de Cotas, de abrangência nacional, “carece de efetivos mecanismos que possibilitem seu monitoramento e avaliação” (2019, p. 188), além da revisão prevista na legislação para após dez anos de sua implementação (ou seja, em 2022). Considerando essa ausência, o autor e a autora conseguem apontar algumas alterações que ocorreram, em virtude da aplicação da referida Lei, no perfil socioeconômico e étnico-racial do corpo discente dos cursos presenciais de graduação das instituições federais de educação superior, no período de 2012 a 2016, a partir do cruzamento de bases de dados oficiais do Censo da Educação Superior e do Enem.

Embora exista uma heterogeneidade entre as regiões do país, de acordo com Senkevics e Mello (*ivi*, p. 192), a participação percentual de jovens de 18 a 24 anos, pretos, pardos e indígenas de baixa renda “era substancialmente sub-representada em 2012, ano anterior à implementação da Lei de Cotas”. De modo geral, o autor e a autora observaram “um aumento da participação de todos os grupos contemplados pela Lei de Cotas nas instituições federais” (*ivi*, p. 195).

Segundo Senkevics e Mello, a Lei pode estar repercutindo “de forma mais intensa as instituições mais bem-conceituadas no sistema de avaliação da educação superior e que, talvez, tendam a ser as mais concorridas quanto ao ingresso e mais prestigiadas social e economicamente” (*ivi*, p. 202).

Observando esses dados, sem dúvida sabemos que há um processo de democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil. No entanto, Robson Cruz et al. (2010) chamam atenção para os limites dessa democratização, tendo em vista que “a presença de determinados sujeitos e grupos sociais na universidade pública brasileira ainda é bastante incipiente e, ao mesmo tempo, a entrada desses sujeitos e grupos não é garantia de permanência igualitária” (*ivi*,

p. 73). Registramos, em especial, que houveram vários casos de fraude nas cotas destinadas para a população negra e indígena. Devido ao não monitoramento do mecanismo de autodeclaração, muitos estudantes brancos/as se autodeclaravam negros/as (especialmente mobilizando a categoria parda) ou indígenas para ingressarem no ensino superior público (Nunes - Santos, 2019).

Sabemos que a entrada também é incipiente pois, como demonstram Márcia Lima e Ian Prates (2015), há uma estratificação horizontal de carreiras no ensino superior, onde é possível visualizar o prestígio dos cursos modelando desigualdades raciais.

Os negros estão conseguindo ampliar sua participação no ensino superior e, entre aqueles que o concluem, notam-se diferenças significativas de inserção tanto em termos de ocupação quanto de carreiras. Sua participação ampliou-se mais rapidamente nas carreiras de menor prestígio, e seus rendimentos ainda mostram retornos diferenciados (*ivi*, 2015, p. 183-184).

Dentre os aspectos que precisam ser considerados em relação a entrada de cotistas, Dyane Brito Reis Santos (2009) salienta que parte dos/as estudantes são também de baixa renda e sua permanência nas universidades muitas vezes dependem de políticas institucionais, ou de criar estratégias para se manterem, como “abrir mão de vivenciar a universidade em sua plenitude para poder trabalhar”, sendo que “essa escolha [...] repercute de forma distinta sobre o desempenho e sobre a vida acadêmica” (*ivi*, p.72). Quando as atividades desenvolvidas estão diretamente relacionadas às suas áreas de estudos, por meio de bolsas ou estágios remunerados, por exemplo, as dificuldades inexistem ou são pequenas (Santos, 2009).

Essas atividades possibilitam o financiamento dos estudos, enriquecem o histórico escolar e propiciam ainda o acesso a recursos como computador, Internet e impressora. Além disso, a monitoria e a iniciação científica ampliam o contato com o universo acadêmico, o que é rentável a trajetória acadêmica, mas essa não é a realidade da maioria dos estudantes, que em geral, desempenham atividades laboriosas (parcial ou totalmente) distantes da sua área de formação (*ivi*, pp. 72-73).

Conforme Nilma Lino Gomes (2017), a modernidade ocidental, compreendida em perspectiva étnico-racial, viabiliza tanto uma emancipação quanto uma regulação sociorracial. Como dois pilares em tensão dialética, a emancipação e a regulação coexistem de forma divergente nas dinâmicas sociais. Percebida como uma “transformação social e cultural, como libertação do ser humano” (*ivi*, p. 49), a possibilidade emancipatória sociorracial, por vezes,

quando emerge defronta-se com tentativas de regulação. Nessa perspectiva, o racismo forja diferentes meios de regular as oportunidades de emancipação dos sujeitos étnico-raciais subalternizados. Se entendermos o impacto da educação superior na vida de estudantes negras/os, indígenas e pobres como uma oportunidade de emancipação, logo, os anúncios de corte de gastos nas universidades federais, no momento que está acontecendo o seu ingresso de forma coletiva, podem ser vistos como uma forma de frear tais tentativas e possibilidades de emancipação. Segundo Ruha Benjamin (2020), por raça ser uma tecnologia, logo o racismo é estratégico, ligado a declarações e decisões políticas.

Um lembrete de que, seja o que for que pensamos que o racismo seja, não é simplesmente ignorância ou *não-conhecimento*. É também (no mínimo) uma lógica, uma razão, uma justificativa e uma maneira de conhecer o mundo e outros seres humanos que é sempre violenta, rotineiramente mortal e brilhantemente codificada na mesma coisa que recorreríamos por justiça. Até que cheguemos ao entendimento da *razoabilidade* do racismo, continuaremos a procurá-lo nos pisos sangrentos das igrejas de Charleston e nas câmeras do painel das estradas do Texas, e ignorá-lo nas *lógicas inteligentes dos livros, declarações políticas, decisões judiciais, revistas científicas e tecnologias de ponta* (ivi, p. 16, grifos nossos).

Sendo assim, não descartamos, neste artigo, o entendimento de que o corte de verbas no ensino superior constitui uma tecnologia excludente e racista na tentativa de frear os avanços arduamente conquistados por negras/os e indígenas para extirpar a desigualdade em relação às pessoas brancas. Menos investimento em educação superior resulta em uma menor quantidade de recursos para subsidiar a permanência de estudantes, o que também resultaria na diminuição das vagas nos processos seletivos ou do quadro de funcionários/as para que seja possível manter as universidades em pleno funcionamento. Estes ataques, porém, não são recebidos sem reações categóricas pela população que busca defender os interesses da educação pública no país. Desta forma, o ano de 2019, com destaque aos meses de maio e junho, foi palco de protestos contra o Governo Bolsonaro e os anúncios feitos pelo ex-Ministro da Educação e, mais uma vez, o protagonismo dos movimentos sociais e estudantis, em especial de negras/as, indígenas e populares, se fez presente e inspirou análises pontuais sobre o significado do acesso ao ensino superior para esses sujeitos.

### **Arcabouço teórico-metodológico: análise dialógica do discurso**

Como procedimento teórico-metodológico, lançamos mão da análise dialógica do discurso, nos termos de Mikhail Bakhtin, problematizando os

cartazes e entendendo-os como gêneros do discurso em profunda interação social com o contexto comunicativo concreto dos protestos políticos contra os cortes na educação. O “Círculo de Bakhtin”, como é conhecido o grupo de intelectuais ao redor de Mikhail Bakhtin (1895-1975), na Rússia, conduziu uma proposta de estudo do discurso a partir do materialismo histórico-dialético.

Para Bakhtin e Valentin Volochínov o ato de falar, a enunciação, seja de modo oral ou escrito, é sempre “determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo *pela situação social mais imediata*”, sendo o “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (2006, p. 114, grifo dos autores). Nesse sentido, o pensamento bakhtiniano focaliza o discurso, a linguagem em movimento, indicando-nos a comunicação como sua finalidade central pois “a verdadeira substância da língua [...] [é constituída] pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*” (*ivi*, p. 125, grifos dos autores).

A interação verbal pode ser compreendida como um diálogo. Bakhtin e Volochínov (2006) nos convidam a encarar a enunciação como um fenômeno sociológico, entendendo que ela é, ao mesmo tempo, uma construção da linguagem e uma estrutura social e ideologicamente orientada. Assim, quando dizemos ou escrevemos algo, há sempre como pressuposto, nas palavras de Bakhtin e Volochínov, “um *auditório social* próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc.” (*ivi*, p. 115, grifos dos autores).

Dessa forma, a palavra é definida por partir de alguém e pelo fato de ser direcionada para outra pessoa, isto é

*o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor* (*ibidem*, grifos dos autores).

A linguagem se dá no uso cotidiano, no que Bakhtin chama de comunicação verbal concreta. As falas são construídas desde as experiências e condições sociais do momento que são proferidas pois “*a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial*” (*ivi*, 2006, p. 96, grifos dos autores).

De acordo com Beth Brait (2006) não é possível afirmar que Bakhtin e o Círculo organizaram uma proposta fechada de análise de discurso. Contudo, o conjunto de suas obras propiciaram e influenciaram sobremaneira o que vem sendo entendido como análise/teoria dialógica do discurso. As contribuições

bakhtinianas, segundo Brait, direcionam para uma “*postura dialógica* diante do *corpus discursivo*” (ivi, p. 29, grifos da autora).

O enunciado é a “unidade real da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2016, p. 22), precisamos identificar suas principais características, sempre considerando que em cada esfera da atividade humana a linguagem está em ação, produzindo discursos de acordo com sua necessidade.

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no conjunto do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso* (ivi, pp. 11-12, grifos do autor).

Os cartazes funcionam como um componente importante (junto aos gritos de guerra, palavras de ordem, faixas, performances etc.) dos repertórios de ação utilizados nas manifestações de rua. Compreendendo, junto com Bakhtin, que os gêneros do discurso estão relacionados à linguagem em conexão com a vida social, podemos pensar os cartazes de protesto como um gênero do discurso que apresenta conteúdo temático político contestatório entre os que manifestam, a sociedade, a mídia e o Estado.

Os manifestantes quando produzem estes cartazes, em muitos casos, durante os protestos nas ruas, buscam visibilizar suas pautas, sentimentos, palavras de protesto, defesa, denúncia e/ou demanda. Os cartazes ao serem erguidos e, antes mesmo, ao serem pensados e escritos, consideram seus possíveis destinatários.

Ao dizermos de um discurso com conteúdo temático político contestatório, em consonância com Paul Chilton e Christina Schäffner, “definimos como potencialmente ‘políticas’ aquelas ações (linguísticas ou não) que envolvem poder ou o seu oposto, a resistência” (2001, p. 304, tradução livre).

Seguindo essa perspectiva, Chilton e Schäffner (2001) indicam quatro “funções estratégicas” presentes nos discursos políticos e que nos possibilita analisá-los, sendo: a coerção; o ocultamento; a legitimação e deslegitimação e por fim, a resistência, oposição e protesto. Embora os grupos que não fazem parte do poder institucional e/ou hegemônico, como manifestantes e movimentos sociais,

possam se valer, em direções opostas, das três primeiras funções, é mais característico desses grupos a ênfase em atitudes discursivas de resistência, oposição e protesto. Estas são formas de discurso que podem incluir estruturas de linguagem específicas como slogans, manifestos e cantos, em plataformas variadas, como por exemplo, os pôsteres e cartazes.

Nesse artigo, o nosso corpus de análise é formado por enunciados de 4 cartazes empunhados em 3 capitais do país, a saber: Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e Salvador/BA, nos protestos contra os cortes na educação, nos dias 15 e 30 de maio e 14 de junho de 2019. As fotografias destes cartazes erguidos por manifestantes tiveram circulação em diferentes dispositivos midiáticos, como sites de jornais e redes sociais (páginas públicas no *Facebook*), o que possibilitou acesso para a presente análise.

Embora o nosso foco esteja mais concentrado nos enunciados dos cartazes, optamos em trazer as fotografias que trazem os sujeitos os empunhando. As imagens, segundo Peter Loizos, oferecem registros poderosos “das ações temporais e dos acontecimentos reais - concretos, materiais” (2002, p. 137). Além disso, elas “se somam aos discursos” como afirma Maria Schwengber (2012, p. 266), sendo muito mais do que uma ornamentação do texto. “Cada imagem conta a sua história. As imagens podem ser um recurso produtivo que reafirma, amplia e/ou fixa os enunciados escritos ou atuam como outro texto” (*ibidem*). Portanto, as fotografias podem nos oferecer outras leituras, uma análise contextual e das composições performáticas dos sujeitos. As fotografias podem representar um momento espontâneo, ou a montagem de um “quadro” para o momento específico, sendo assim intencional. Os cartazes tornam-se uma “extensão do corpo”, que demanda uma postura, uma performance que seja condizente com o momento da manifestação e com a mensagem que se deseja expressar.

### **Reações em cartaz: acessos, permanências e perigos negros/as, indígenas e populares**

João da Silva, morador do bairro Senador Vasconcelos, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro (RJ), durante o dia trabalhava como atendente de telemarketing e à noite, cursava História na Universidade Federal Fluminense (UFF) (Mota, 2019). Na quarta-feira, 15 de maio de 2019, escreveu um cartaz e foi para uma das manifestações organizadas para protestar contra o anúncio de cortes na educação feito pelo Governo Bolsonaro.

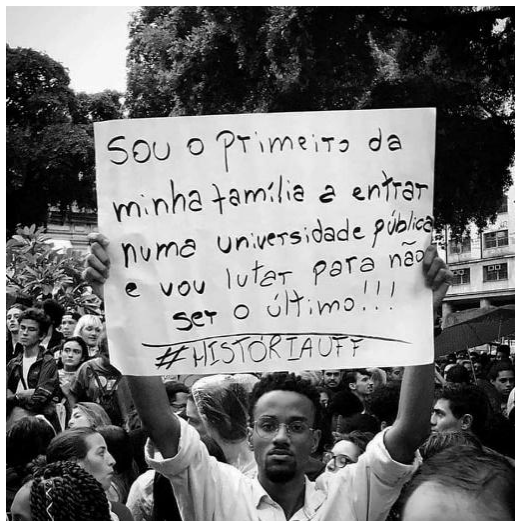


Foto 1. “Sou o primeiro da minha família a entrar numa universidade pública e vou lutar para não ser o último!!! #HISTÓRIAUFF” (Rio de Janeiro/RJ, 15-05-2019, Jornal El País, fotografia de Beatriz Mota)<sup>2</sup>

No cartaz ele enuncia ser a primeira pessoa da sua família a ingressar no ensino superior público e que vai lutar para não ser o último e, portanto, o único a ter oportunidade de cursar uma graduação em uma universidade pública. João foi fotografado com o cartaz pela jornalista Beatriz Mota durante a manifestação e, horas depois, a foto viralizou e ganhou diversas reproduções nas redes e nas ruas.

À luz do anúncio da restrição orçamentária nas universidades e dos seus possíveis impactos, esse enunciado expôs como é recente a presença, não só de alguns perfis de discentes, mas de gerações de muitas famílias brasileiras na educação superior pública. São os chamados estudantes de primeira geração, os primeiros das famílias a ingressarem no ensino superior. Segundo Marília Morosini e Vera Felicetti, estudante de primeira geração refere-se “aquele que não tem em sua família alguém com curso superior, ou seja, não se limita apenas ao pai ou à mãe, mas qualquer grau de parentesco”, estes, por sua vez, se diferenciam dos “estudantes de geração contínua”, definidos como “aqueles que pelo menos um dos pais possui a educação superior” (2019, p. 106-107).

É preciso lembrar, conforme alerta Lima e Prates, que a “posse do diploma superior dos pais tem impacto decisivo no alcance educacional dos filhos” (2015, p. 188). No caso brasileiro, “quando se consideram os filhos cujos pais têm nível superior, há presença maciça de brancos, e com fortes vantagens de renda” (*ivi*, p. 185).

As ações afirmativas, ao alterarem as formas de acesso ao ensino superior

<sup>2</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/02/politica/1559488162\\_816945.htm](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/02/politica/1559488162_816945.htm)>. Acesso em: 25 set. 2020.

público, tendem a oportunizar o acesso de estudantes de primeira geração que, de acordo com Morosini e Felicetti (2019), têm maior propensão de serem oriundos de grupos sociais de baixa renda e negros. Em entrevista ao Jornal *El País*, João da Silva, autor do cartaz, comenta que ser o primeiro da família a estar na universidade acaba por mobilizar as futuras gerações em sua proximidade: “Quando uma criança negra vê que alguém com cabelo na *régua*, que veio da favela, que fala e anda do mesmo jeito que ele entrou numa universidade, você está mostrando pra essa criança que ele também pode e deve entrar lá” (Mota, 2019).

Considerando a concepção bakhtiniana de discurso enquanto diálogo e interação verbal, conforme o cartaz erguido por João da Silva, os cortes de verbas das universidades ultrapassam a restrição orçamentária, alcançando questões mais profundas que irão afetar a entrada e permanência de estudantes de primeira geração. Isso ocorre porque, de acordo com a análise/teoria dialógica do discurso, as palavras são carregadas das nossas experiências e vivências no mundo social.

Embora o enunciado no cartaz seja na primeira pessoa, ele não comunica uma perspectiva individual, mas coletiva e familiar de sua presença na universidade. Nesse sentido, acessar o ensino superior é transformador não só para o estudante, mas também para suas famílias e comunidades de origem. Tanto é que no cartaz ambiciona a luta e enfrentamento para que não seja o único, a exceção no seu grupo familiar. Segundo Gomes (2005) as políticas de ação afirmativa proporcionam a emergência de “personalidades emblemáticas”. São pessoas que se tornam referências para que outras pessoas, negras e pobres, por exemplo, possam ser incentivadas a ingressarem no ensino superior. Essas políticas, então, funcionam como

[...] mecanismo institucional de criação de exemplos vivos de mobilidade social ascendente. Vale dizer, os representantes de minorias que, por terem alcançado posições de prestígio e poder, serviriam de exemplo às gerações mais jovens, que veriam em suas carreiras e realizações pessoais a sinalização de que não haveria, quando chegada a sua vez, obstáculos intransponíveis à realização de seus sonhos e à concretização de seus projetos de vida (*ivi*, p. 58).

Enquanto João da Silva, um jovem negro, pobre e periférico anunciou sua entrada na universidade e as reverberações na sua família, no dia 30 de maio, segundo dia nacional de manifestações contra os cortes na educação, em Belo Horizonte, um grupo de jovens negros/as da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) levavam uma grande faixa, onde declaravam que haviam entrado e que iriam permanecer na universidade. Nessa mesma manifestação, Célia Xakriabá, professora ativista indígena do povo Xakriabá e doutoranda em



Antropologia na UFMG, erguia um cartaz anunciando que os povos indígenas da UFMG exigiam permanência e afirmavam suas presenças.



Foto 2. "Entramos e vamos permanecer. Jovens negros da UFMG" (Belo Horizonte/MG, 30-05-2019, página pública do Facebook "Unegro Mineira")<sup>3</sup>.

Através dos cartazes, jovens negros e povos indígenas visibilizam suas presenças, indicam suas agências e reivindicam políticas de permanência no espaço universitário. Nos dois cartazes, há uma ênfase na afirmação das presenças negras e indígenas no espaço universitário. Podemos compreender que os dois grupos étnico-raciais, indígenas e negros, compartilham demandas de acesso e permanência na universidade, garantindo as suas especificidades.



Foto 3. "Povos indígenas da UFMG exigem: permanência já! Nós estamos aqui" (Belo

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://www.facebook.com/unegro.mins.3/posts/444980336293361>>. Acesso em: 25 set. 2020.

Horizonte/MG, 30-05-2019, página pública do Facebook “Célia Xakriabá”<sup>4</sup>.

Na imagem 2, os jovens negros aparecem com um braço segurando a faixa e com o outro erguido com punho cerrado<sup>5</sup>. Assim como Célia Xakriabá, os seus semblantes são sérios. A expressão facial de ambos é de uma declaração de firmeza. Entre os jovens negros há ainda um deles com uma bandeira da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e outro com uma camisa do movimento Afronte<sup>6</sup>. Uma linguagem corporal e estética referenciada na resistência e na luta. Embora não estejam dentro do espaço universitário, mas nas ruas de Belo Horizonte, durante o protesto, com seus cartazes se apresentam como estudantes da/na universidade, tanto para o Estado, quanto para a sociedade e para os demais manifestantes.

Há que se considerar que estes afirmam suas presenças e reclamam por visibilidades pois, conforme Cruz et al., a universidade brasileira “produz e reproduz determinadas lógicas de invisibilidade e produção de ausências de determinadas experiências, em especial, desses sujeitos, que até então não tinham acesso à universidade” (2010, p. 73).

Além disso, jovens negros e povos indígenas estudantes da UFMG, nestes cartazes, demandam um fator decisivo para a conclusão dos seus estudos na universidade e, de forma geral, para o sucesso das políticas de democratização do ensino superior: a permanência. Segundo Heringer (2018) as políticas de permanência são extremamente importantes para o sucesso do destino acadêmico de estudantes cotistas.

Consideramos que o sucesso efetivo das políticas de inclusão na educação superior vai se dar plenamente na medida em que sejam garantidas as condições de igualdade de oportunidades para os estudantes de diferentes origens sociais e características socioeconômicas na sua *vivência, integração, percepção, apropriação e afiliação ao ambiente universitário*. Tais condições, a nosso ver, são geradas por um

---

<sup>4</sup>Disponível em:

<<https://www.facebook.com/1199748993470103/photos/a.1206145399497129/2013735242071470/>>.  
Acesso em: 25 set. 2020.

<sup>5</sup> O gesto em questão foi característico do Partido dos Panteras Negras, movimento fundado em 1966, nos Estados Unidos e que lutou pelos direitos civis da população negra estadunidense. O punho erguido e cerrado tornou-se símbolo também em outras partes do mundo, representando ainda hoje manifestação de resistência.

<sup>6</sup> A UNEGRO é uma entidade do movimento negro fundada em 1988, presente em várias cidades do país (Cf. <https://www.geledes.org.br/unegro-30-anos-de-luta-pela-igualdade-racial-de-genero-e-de-classe>. Acesso em: 10 fev. 2021.). Já o Afronte, fundado em 2017, é um movimento estudantil de abrangência nacional, presente em várias universidades, na luta contra opressões de classe, raça, gênero e sexualidade (Cf. <https://esquerdaonline.com.br/2017/08/01/afronte-nas-ideias-e-nas-acoefs/>. Acesso em: 10 fev. 2021.).

conjunto de medidas de *ordem institucional* e também por *disposições dos atores envolvidos*, principalmente gestores, docentes, funcionários e colegas que possibilitem a efetiva inserção destes estudantes na vida universitária (*ivi*, p. 12, grifos nossos).

Os discursos presentes nos cartazes expressam tanto uma demanda de uma política de permanência de ordem institucional quanto enfatizam as próprias disposições e agenciamentos de permanência dos sujeitos e coletivos negros e indígenas. Podemos entender que essas demandas e disposições foram traçadas por estes sujeitos considerando um auditório social específico (Bakhtin - Volochínov, 2006), uma vez que em nossas relações discursivas, emissor e interlocutor são interdependentes. Sendo assim, poder público, administrações universitárias, mídia e sociedade civil possivelmente são os alvos discursivos desses cartazes.

Se, por um lado, esses três primeiros cartazes centraram-se em aspectos relativos ao acesso e permanência de estudantes negros/as e indígenas ao ensino superior, o quarto e último cartaz selecionado para análise, conforme imagem 4, parece indicar um dos motivos para o corte de verbas das universidades públicas.

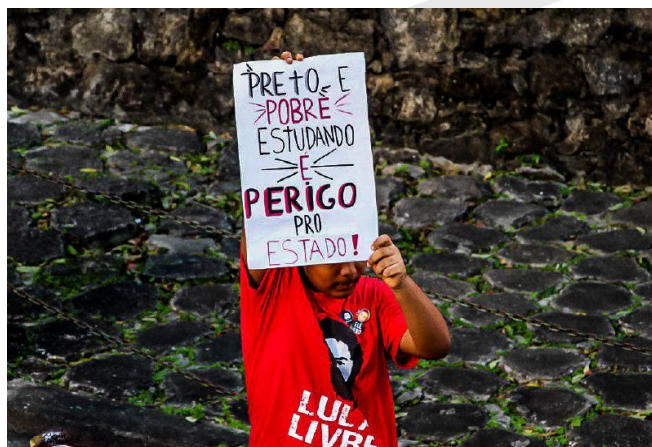


Foto 4. “Preto e pobre estudando é perigo pro Estado!” (Salvador/BA, 14-06-2019, página pública do Facebook “Mídia Ninja”, fotografia de Thaís Medeiros)<sup>7</sup>

Na manifestação do dia 14 de junho em Salvador, capital da Bahia, uma pessoa foi fotografada segurando um cartaz com os dizeres “Preto e pobre estudando é perigo pro Estado!”. Nos chama atenção, além do cartaz, a camiseta que a pessoa está vestida, com a imagem do rosto do ex-presidente Lula e os

<sup>7</sup> Disponível em:

<<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/pcb.1510917739066366/1510915185733288/>>.

Acesso em: 25 set. 2020.

dizeres “Lula Livre”, expressão falada no período em que este político esteve preso.

O enunciado exprime que é ameaçador e um risco para o Estado, as populações preta e pobre prolongarem sua escolaridade até o ensino superior. Este cartaz pode estar manifestando que um dos motivos dos cortes na educação é o fato de que pretos/as e pobres estarem estudando é perigoso para o Estado. Mas, por que há esse perigo?

É preciso atentarmos ao fato de que a “educação alcançada pelos indivíduos é o principal meio de mobilidade social nas sociedades modernas” (Ribeiro et al., 2015, p. 79). Em outras palavras, a educação formal é chave fundamental para mobilidade social ascendente: há uma relação diretamente proporcional entre o nível de escolaridade e o rendimento econômico (cf. Neri, 2008).

Pretos e pobres historicamente têm sido desumanizados e oprimidos. Uma concepção negativa e preconceituosa desses grupos, conforme Arroyo, “continuam marcando a lenta garantia de seus direitos à educação, à escola e à universidade” (2015, p. 17). Os jovens negros pobres, em especial, aqueles moradores de periferia e com baixa escolaridade são as maiores vítimas de homicídio no Brasil, conforme tem atestado diferentes indicadores, como o Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2020). Em um contexto de segregação racial e social e de uma tensa afirmação-negação do direito à educação, parece ser perigoso para o Estado estes sujeitos estarem estudando pois estes vêm sendo “segregados como violentos, excluídos do convívio social e até escolar” (Arroyo, 2015, p. 34).

De acordo com dados analisados por Carlos Ribeiro et al., ao observar de 1960 a 2010, as transições entre os níveis educacionais por cor/raça, é possível perceber como “as chances de acesso e ascensão dos jovens pretos e pardos no sistema educacional são consideravelmente menores quando comparadas às chances de progressão dos indivíduos brancos” (2015, p. 103-104), sendo os pretos com chances bem menores em comparação aos pardos.

Todavia, como diz Arroyo (2015), esses grupos sociais e raciais “se sabem não iguais perante a cidadania”, se sabem oprimidos e protagonizam a luta por seus direitos. Em extensa pesquisa, Santos (2014) mapeou as demandas dos movimentos sociais negros brasileiros por educação formal durante todo o século XX e destacou como a educação tem uma posição central em suas lutas e reivindicações.

Instituinte do humano e fornecedora da justa medida da nossa formação, a educação tem correspondência direta com o percurso da existência humana, fazendo ver, assim, o sentido ontológico da educabilidade. Desse modo, homens e mulheres negros, escravizados e livres, divisaram nas fronteiras da educação uma via de acesso fundamental para a afirmação de sua plena cidadania (*ivi*, p.

15).

É perigoso para o poder hegemônico, para o Estado, para as elites dirigentes, quando grupos sociais e raciais sistematicamente segregados acessam a educação formal, sendo um caminho possível para afirmarem sua cidadania. Por ser uma tentativa de minimizar desigualdades, pretos e pobres estudando, edifica uma sociedade mais igualitária e democrática. Porém, a promoção da igualdade social e racial envolve a perda de privilégios de brancos e ricos que majoritariamente tinham o seu direito à educação superior garantido e segregado entre eles.

Desse modo, o discurso desse cartaz desvela que a democratização do ensino superior não é pacífica. Em entrevista recente, o pesquisador Cristiano Rodrigues comentou que tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, as eleições de Bolsonaro e Trump, respectivamente, revelam além de um desencanto com a representação política, uma “espécie de revanchismo branco, por assim dizer, de pessoas que não queriam dividir o espaço democrático com outros grupos que antigamente estavam fora desse sistema”<sup>8</sup>.

Os cortes na educação realizados pelo Governo Bolsonaro, nesse sentido, podem ser entendidos como uma reação às tentativas de redução e enfrentamento às desigualdades sociais e raciais sintetizadas na democratização do acesso ao ensino superior. Entendendo que as políticas afirmativas incomodam pois envolvem a perda de hegemonia, os cortes na educação podem ser lidos como tentativas de intimidação às iniciativas de democratização e diversificação do ensino superior.

### **Considerações finais**

O anúncio de cortes na educação e o intento de sucateamento do ensino superior público pelo Governo Bolsonaro, no primeiro semestre de 2019, foi responsável por desencadear um conjunto de manifestações de rua por todo o país. Expondo uma série de pautas e denúncias, os discursos presentes em alguns cartazes de protestos reportaram-se, de modo geral, à redução das desigualdades educacionais, sociais e raciais que foram proporcionadas, sobretudo, pela democratização do acesso ao ensino superior, com a implementação de políticas de expansão e diversificação, em especial, das políticas afirmativas. Nas duas últimas décadas, essas políticas oportunizaram maior acesso de negros/as, indígenas, pobres e estudantes oriundos de escola

---

<sup>8</sup> Disponível em:

<[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/06/02/interna\\_internacional,1152846/vid-as-negras-importam-ha-pouco-clamor-diz-professor-da-ufmg.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/06/02/interna_internacional,1152846/vid-as-negras-importam-ha-pouco-clamor-diz-professor-da-ufmg.shtml)>. Acesso em: 25 set. 2020.

pública no ensino superior público.

Com auxílio do arcabouço teórico-metodológico da análise/teoria dialógica do discurso de Bakhtin, lançamos um entendimento acerca da interação verbal que os cartazes de protesto, enquanto um gênero de discurso político contestatório, são capazes de instaurar. Os discursos acionados no contexto comunicativo concreto dos protestos contra os cortes na educação instauram um diálogo entre, por um lado, “os primeiros da família a ingressar na universidade”, “jovens negros”, “povos indígenas”, “pretos e pobres” e por outro lado, o “Estado”, o Governo Bolsonaro, além das instituições universitárias e da própria sociedade. Enfatizam, em especial, um dos impactos proporcionados pela democratização e diversificação do ensino superior, a oportunidade de muitos/as jovens negros/as tornarem-se os primeiros estudantes universitários de muitas gerações de suas famílias. Desvelam que pretos e pobres ao estudarem tornam-se ameaças e criam um risco para o Estado. Junto aos indígenas, afirmam suas presenças no espaço universitário e demandam por políticas de permanência.

O fato desses discursos terem circulado durante os referidos protestos indicam ao menos duas questões: primeiro, os cortes são nocivos ao cenário de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro e à diversificação do seu corpo discente e segundo, as consequências dessa democratização (por exemplo, *preto e pobre estudando*) se revelam como um dos motivos da empreitada de ataque e precarização do ensino superior público, considerando que o enfrentamento às desigualdades educacionais, sociais e étnico-raciais é tido como uma transformação “perigosa” para o Estado e para a sociedade brasileira, como anuncia um dos manifestantes a partir de um cartaz.

Ao longo do texto, reconhecemos, no contexto comunicativo dos protestos contra cortes na educação, os sujeitos da democratização do ensino superior lutando pela garantia e aperfeiçoamento de seus direitos. Indígenas, pobres, negras e negros, como, nas palavras de Arroyo, “sujeitos do direito a exigir seus direitos [...] sujeitos centrais da história da educação e do avanço da garantia de seus direitos” (2015, p. 26).

Ademais, os discursos analisados indicam como, atualmente, não é possível compreender, defender ou atacar a universidade pública sem (des)considerar a presença desses sujeitos historicamente excluídos que, aos poucos, vêm *enegrecendo*, *indigenizando* e *popularizando* os corpos discentes universitários.

## Bibliografia

- AGUILAR, Luis Enrique - Eliacir Neves, FRANÇA. "A mudança de governo no Brasil e os efeitos nas políticas de Educação Superior: uma análise preliminar". *Universidades*, núm. 85, julio-septiembre 2020. (pp. 53-64).
- ARROYO, Miguel G. "O direito à educação e a nova segregação social e racial - tempos insatisfatórios?". *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, 2015. (pp. 15-47).
- BAKHTIN, Mikhail - Valentin N, VOLOCHÍNOV. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo, Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo, Editora 34, 2016.
- BALLESTRIN, Luciana. "O debate pós-democrático no século XXI". *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 2018. (pp. 149-164).
- BENJAMIN, Ruha. "Retomando nosso fôlego: estudos de ciência e tecnologia, teoria racial crítica e a imaginação carcerária" in SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricos*. São Paulo, LiteraRUA, 2020. (pp. 13-24).
- BENTO, Maria Aparecida Silva. "Branquitude e poder: a questão das cotas para negros" in SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília, Ministério da Educação, Secad, 2005. (pp. 165-177).
- BRAIT, Beth. "Análise e teoria do discurso" in BRAIT, Beth (Org). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo, Contexto, 2006. (pp. 9-31).
- CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência 2020*. Brasília, IPEA-FBSP, 2020.
- CHILTON, Paul – Christina, SCHÄFFNER. "Discurso y política" in VAN DIJK, Teun A. (Org.). *El discurso como interacción social*. Barcelona, Gedisa Editorial, 2001. (pp. 297-329).
- CRUZ, Robson N. da et al. "Mapa do invisível: hierarquias sociais e universidade" in MAYORGA, Claudia (Org.). *Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010. (pp. 71-91).
- FREITAS, Jefferson B. de - Poema E., PORTELA - João, FERES JÚNIOR - Águida, BESSA - Vivian, NASCIMENTO (Orgs.). *As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2003-2018)*. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA). Rio de Janeiro, IESP-UERJ, 2020.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. "A Recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro" in SANTOS, Sales Augusto dos (org.).



- Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília, Ministério da Educação, Secad, 2005. (pp. 45-79).
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.
- HERINGER, Rosana. "Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico". *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 19, n.1, 2018. (pp. 7-17).
- LIMA, Márcia - Ian, PRATES. "Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente" in ARRETCHE, Marta (Org.). *Trajetórias das desigualdades - como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, 2015, (pp. 163-189).
- LOIZOS, Peter. "Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa" in BAUER, Martin W. - George, GASKELL (ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução GUARESCHI, Pedrinho A. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002. (pp. 137-155).
- MATO, Daniel. "Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina. Tendencias, tensiones y desafíos: propuestas para continuar avanzando" in MATO, Daniel et al. (Coord.). *Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: políticas y experiencias de inclusión y colaboración intercultural*. Sáenz Peña, Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2018. (pp. 21-74).
- MOROSINI, Marília C. - Vera Lucia, FELICETTI. "Estudantes de primeira geração (P- Ger) na educação superior brasileira: analisando os dados da PNS – 2013". *Educar em Revista*, v. 35, 2019. (pp. 103-120).
- MOTA, Beatriz. "O Brasil por trás do cartaz de uma manifestação". *El País*, Rio de Janeiro, 03 jun. 2019. <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/02/politica/1559488162\\_816945.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/02/politica/1559488162_816945.html)> [30/09/2020]
- NUNES, Georgina Helena Lima - Sales Augusto dos, SANTOS. "Sistema de cotas, fraudes e hiper-racismo em Brasil". *Rev. Mex. Sociol*, México, v. 81, n. 3, 2019. (pp. 637-663).
- NERI, Marcelo Cortes. *Você no Mercado de Trabalho. Segunda etapa da Pesquisa Educação e Trabalho do Jovem no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS, 2008.
- REINHOLZ, Fabiana. "Emenda 95, o enfraquecimento do pacto social". *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 2018. <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/03/emenda-95-o-enfraquecimento-do-pacto-social>> [04/3/2021]
- RIBEIRO, Carlos C., CENEVIVA, Ricardo, BRITO, Murilo M. A. "Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010" in ARRETCHE, Marta (Org).



- Trajetórias das desigualdades - como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.* São Paulo, Ed. Unesp/CEM, 2015. (pp. 79-108).
- SANTOS, Dyane Brito Reis. *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa.* Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009.
- SANTOS, Adilson Pereira dos. "Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas". *Revista de C. Humanas*, Viçosa, v. 12, n. 2, jul./dez. 2012. (pp. 289-317).
- SANTOS, Sales Augusto dos. *Educação: um pensamento negro contemporâneo.* Jundiaí, Paco Editorial, 2014.
- SENKEVICS, Adriano Souza - Ursula Mattioli, MELLO. "O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas?". *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 49, n. 172, 2019. (pp. 184-208).
- SCHWENGBER, Maria Simone Vione. "O uso das imagens como recurso metodológico" in MEYER, Dagmar Estermann - Marlucy Alves, PARAÍSO (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.* Belo Horizonte, Mazza Edições, 2012. (pp. 261-278).

**Matheus Silva Freitas**, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestrando em Educação, Conhecimento e Inclusão Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Grupo de Estudos Educação, Gênero e Raça (EDUCAGERA-UFV) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros de Viçosa (NEAB Viçosa).

**Contato:** freitassmat@gmail.com

**Beatriz Gomes Cornélio**, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestra em Educação pela UFV. Integrante do Grupo de Estudos Educação, Gênero e Raça (EDUCAGERA-UFV).

**Contato:** gomesc.beatriz@gmail.com

**Recebido:** 30/09/2020

**Aceito:** 22/04/2021